

09 - Limites da agroecologia numa sociedade subordinada ao imperativo da reprodução acelerada do capital

RIBAS, Clarilton¹

1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Introdução

Não constitui nenhuma novidade assinalar o quadro de aguda crise orgânica pela qual passa a ordem do capital desde o início dos anos oitenta, após o que se convencionou chamar de trinta anos gloriosos do capitalismo. Rigorosamente atípico, foi um período no qual assistiu-se a importante crescimento econômico, associado a políticas de proteção ao trabalho, com salários razoáveis, garantias importantes nas regras de segurança laboral, e mesmo políticas compensatórias para assistir os desamparados do sistema. Resultante de uma confluência de crises, o modelo apresenta seus primeiros sinais de exaustão nos anos oitenta e se arrasta até nossos dias, mesmo com a adoção de políticas econômicas de contratendência radicais (como veremos), mas cujos efeitos benéficos sobre a crise são cada vez de menor termo e eficácia.

Sobrevém-se a esta crise uma retomada do ideário econômico neoclássico no que se convencionou chamar de neoliberalismo¹.

Borón (2001) sugere o advento desta mudança de rumos como sendo uma “reestruturação regressiva em escala planetária”, dotada das dimensões sumarizadas abaixo:

- a) uma avassaladora tendência de mercantilização de direitos e prerrogativas dos de baixo, conquistadas ao longo de muitas décadas, não sem muita luta política. Daqui para frente estes direitos não só são negados como são convertidos em mercadorias disponíveis no mercado;
- b) a sobreposição do mercado sobre o estado, qualificando este de ineficiente, perdulário, corrupto, ao mesmo tempo em que aquele é apresentado como o alocador de recursos mais eficaz e racional que a sociedade foi capaz de construir em todos os tempos;
- c) a construção de um senso comum neo-liberal, segundo o qual não há alternativas

¹ Denominação controversa, geradora de intensos debates sobre sua precisão, na medida em que, asseguram alguns autores (entre outros, Barbosa, 1999, Ribas, 2001) em poucas quadras da história econômica moderna houve um estado tão intervencionista no domínio econômico. A diferença está em que tais intervenções destinam-se, predominantemente, a promoção dos ajustes, emendas, salvaguardas destinadas a fortalecer a ordem do capital.

à este modo de organizar a economia e a sociedade (consenso construído a partir do célebre vaticínio da Sra. Thatcher, quando afiançava ainda em 1981 “there is no alternative”). Evidentemente que bilhões de dólares são gastos na mídia para operar uma longa lavagem cerebral, cujo objetivo é fazer, na mentalidade da média das pessoas, a construção ideológica necessária à implementação de políticas.

Segundo o mesmo autor, isto caracteriza a vitória no plano da política e da ideologia do “consenso neoliberal”;

Estas “vitórias do neoliberalismo”² indicam um conjunto de paradoxos que acompanham a trajetória da humanidade neste início de milênio:

Entre estes se destaca, de um lado, o desenvolvimento das forças produtivas materiais tendo alcançado níveis inauditos - há trinta ou quarenta anos atrás o mais futurista dos analistas não poderia sugerir o aparecimento de inovações tecnológicas que, nos dias atuais, operam verdadeiras revoluções tanto no mundo do trabalho, nas empresas, nas organizações de todas as modalidades e, *last but not least*, no cotidiano de todas as pessoas que vivem no globo terrestre.

O que a presente crise talvez contenha de original seja sua profundidade, sua original radicalidade que se expressa numa espécie de confluência de três crises paralelas:

- a) energética;
- b) ambiental; e
- c) social.

A crise energética, bastante conhecida de todos, ganha seu principal contorno no virtual esgotamento do principal elemento da matriz energética eleita pelo modelo: os combustíveis fósseis, petróleo e gás de petróleo.

Além da evidente diminuição na velocidade de novas descobertas de jazidas indicadas pelo quadro, na comparação dos decênios, o mesmo relatório indica duas novidades: a descoberta de novas jazidas foi, na última década, sobrepujada largamente pela velocidade crescente do consumo e que o conjunto das reservas comprovadamente existentes em 2003 asseguram tão somente 41 anos de consumo, mantido o ritmo médio de produção e consumo do mesmo ano.

Este quadro demonstra com clareza que estamos adiando o inadiável quando se refere ao consumo cada vez mais irracional de um insumo que apresenta visíveis sinais de exaustão.

A ciência demonstra cabalmente as enormes possibilidades apresentadas por fontes alternativas de energia, notadamente aquelas vinculadas com a produção de biomassa, matriz energética renovável e limpa, cuja produção abundante em países

² Consideramos pouco apropriada a noção de vitória, o que pode apontar para uma noção equivocada de um jogo já chegado a seu termo, com um indiscutível e, principalmente, insuperável ganhador. Talvez fosse mais adequado pensarmos em termos de força hegemônica na atual quadra da história.

tropicais, como o Brasil, só estão a depender de decisões políticas, já que tecnicamente, há muito foi equacionada a produção do biodiesel, por exemplo.

Bautista Vidal, cientista brasileiro, uma espécie de profeta das novas fontes de energia baseadas na fotossíntese faz importantes indicações sobre as possibilidades brasileiras de montar uma nova matriz energética que combina soberania, saúde da população, geração de milhões empregos, domínio tecnológico em um setor estratégico, redução dramática das emissões de poluentes originados nos combustíveis fósseis, num amplo espectro de ações como:

a) substituição do óleo diesel por uma grande variedade de óleos vegetais, que só na região amazônica tem condições de produzir oito milhões de barris diários de óleo de dendê, o que corresponde ao nível de produção atual de petróleo da Arábia Saudita;

b) a alta produtividade das florestas tropicais brasileiras que permite a geração de energia elétrica por meio de termelétricas a lenha, carvão vegetal ou gás de madeira, a partir de manejo de áreas já devastadas, não predador e renovável *ad-infinitum*;

c) a utilização do bagaço de cana de açúcar permitiria gerar o equivalente a 50% da potência atual de Itaipu;

d) as imensas possibilidades de produção de álcool etílico, podendo ser produzido o equivalente a 880 mil barris por dia, com a utilização de apenas 1% de nosso território agricultável;

O Brasil apresenta ainda excepcionais possibilidades quanto a outras fontes energéticas como a eólica, a energia das marés etc., o que leva Bautista Vidal³ a concluir:

“Extrapolando-se os exemplos concretos tirados da nossa realidade para um contexto internacional, pode-se afirmar que se utilizando tecnologia atual, ou de desenvolvimento de fácil previsão, florestas e culturas energéticas do mundo tropical no continente brasileiro poderiam suprir, praticamente, todas as necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por um período praticamente ilimitado.”
(2005, p.2)

O segundo vetor da crise, intimamente relacionado com o primeiro reflete a crise ambiental. Pertence ao passado o discurso segundo o qual o padrão de vida contemporâneo estaria pondo em risco a qualidade de vida no planeta. A produção dissipadora da atualidade, a emissão de poluentes venenosos nas águas, terra, mar e ar, a profusão de novos e cada vez mais poderosos aparatos de guerra estão

³ 3 Bautista Vidal, Jose Walter e Vasconcellos, Gilberto Felisberto. Poder dos Trópicos. São Paulo. Ed.Casa Amarela Ltda., 2005

colocando sob risco a própria continuidade da vida no planeta, como já indicam inúmeros relatórios, trabalhos em congressos, teses, reportagens etc. Já foram superadas as dúvidas quanto ao efeito estufa sobre o planeta, o aumento da temperatura dos mares, o descongelamento preocupante e progressivo das calotas polares, entre outros fenômenos cuja face mais aparente viu-se recentemente com a fúria assustadora dos fenômenos naturais, como o Tsunami de 2004 e o Katrina que humilhou governantes no país mais avançado economicamente do planeta.

Assoma-se a estas duas a que se pode julgar a pior de todas: a crise social planetária. Caso ainda entendamos o mundo do trabalho como ainda se constituindo como um dos nexos centrais para examinarmos as sociedades, certamente concordaremos com o fato de que o mundo de trabalho sofreu nestes últimos 30/40 anos um processo de degradação importante que se expressa, de um lado, o aumento crônico do desemprego estrutural para o qual não se vislumbra equação tendo em vista o aumento da eficiência no desenvolvimento das forças produtivas materiais; de outro, para aqueles poucos que logram obter empregos razoavelmente formais e protegidos institucionalmente (estado e sindicatos) em raros períodos da história do capitalismo o trabalho foi palco de tanta insegurança e sofrimento.

Mesmo no escritório de uma grande empresa, poder-se-á observar móveis ergonomicamente construídos, iluminação adequada, limpeza, asseio etc. Mas, ao mesmo tempo, não raro, encontramos pessoas mal-sãs, em condições subjetivas de trabalho muito degradadas, por razões acima apontadas, entre muitas outras possíveis.

Nisto consiste, a nosso juízo, um paradoxo adicional à crise: o desenvolvimento da ciência e da técnica, ao invés de trazerem alívio e maior tempo disponível para o homem desfrutar com atividades de lazer, artísticas, esportivas, políticas, intelectuais etc., traz justamente o seu oposto: jornadas de trabalho extenuantes, insalubres, penosas⁴.

Caso avancemos a análise para além do mundo do trabalho, vislumbramos um quadro não menos dantesco representado pelos imigrantes pobres nos países centrais, a questão das doenças endêmicas e epidêmicas avançando dramaticamente sobre os países subdesenvolvidos, a ignorância e a pobreza em que se debate 2/3 da humanidade, com especial destaque para o continente africano, notadamente a África Sub-saariana. Ao longo de séculos exaurido pelos colonizadores, o continente está rigorosamente fora da agenda da humanidade, entregue ao seu próprio destino, no qual uma das marcas se resume no fato de concentrar mais de 70% de soro positivos para HIV de todo o planeta. Some-se a isto um quadro geral, já referido, de ausência crescente do estado na promoção de políticas sociais, com a mercantilização destes direitos, inclusive no assim chamado primeiro mundo, e temos um quadro de emergência social de escala planetária.

Aqui é importante sublinhar uma idéia força deste texto: estas crises são alimentadas mutuamente pela mesma lógica; a confluência destes três feixes de fenômenos tem como estrutura subjacente invariante a organização da economia e

⁴ Nunca a noção de *tripalium* (o instrumento de tortura que originou a expressão trabalho) esteve tão presente na vida de homens e mulheres empregados em alguma modalidade de ação econômica.

da sociedade segundo as exigências da acumulação privada de lucros do capitalismo.

Produção destrutiva

Desde o clássico texto de 1848, a análise mais instigante do capitalismo de todos os tempos, aprendemos que a burguesia não consegue sobreviver se não se revoluciona permanentemente; sabemos igualmente que este permanentemente revolucionar-se opera na direção de adotar medidas de contratendência à lei de ferro do capital representada pela queda tendencial na taxa de lucros. Entre estas medidas uma das maiores façanhas da ordem burguesa foi desvincular, em grande medida, o desenvolvimento das forças produtivas materiais aos constrangimentos ditados pelas necessidades humanas. Em outras palavras, a produção de mercadoria descolou-se, em grande proporção, de sua estrutural dependência ditada pelos apetites de consumo naturais aos seres humanos.

O desenvolvimento da ciência e da técnica produtivos alça para níveis impensáveis a produtividade média dos meios de produção ao mesmo em que, em contradição, expulsa de forma crescente, amplos contingentes humanos do mundo do trabalho produtivo formal, encurtando, desta forma, o número de cidadãos dotados de condições materiais suficientes para compor a esfera de realização desta produção, ou seja, decresce o número de pessoas que se apresentam ao mercado consumidor (via desemprego estrutural) enquanto aumenta a oferta de mercadorias. No esquema acelerado de substituição de trabalho vivo por trabalho morto o capitalismo deslocou esta contradição (que para Mandel⁵ representa a contradição interna definitiva do capital) na direção de construir um portentoso aparato produtivo que Mézszaros (1989) denomina produção destrutiva, e que se expressa em três tendências principais, entre outras possíveis:

Taxa de uso decrescente

O capitalismo logrou modificar a clássica relação que unia valor de uso de valor de troca. Esta alteração determinou que o último submete-se radicalmente ao primeiro, independente das conseqüências que isso possa promover. Assim uma quantidade assombrosa de energia é consumida na produção e comercialização de verdadeiras inutilidades, num quadro de depredação de insumos escassos na produção de artefatos de mínima ou mesmo nula taxa de utilidade. Basta para o confirmarmos uma visita a um destes estabelecimentos especializados em comercializar, a baixíssimo custo, pretensas utilidades domésticas, como as clássicas lojas de R\$1,99. Ou visitarem-se sítios da Internet onde se disponibiliza à compra produtos como: circulador elétrico de pirulito, prensa para tubo de pasta de dente, óculos para aplicação de colírio, guarda chuvas para sapatos de senhoras, numa infinidade de artefatos que levariam ao riso se não representassem, o que já chamei de “capitalismo de badulaques”, uma tragédia.

⁵ Mandel, Ernest. Capitalismo Tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

Associada a esta primeira, bilhões de dólares são dilapidados ao redor do mundo na geração de necessidades postíças, pelo que hoje se reivindica uma ciência: o *marketing*. Os seres humanos estão cada vez mais consumindo símbolos em primeiro lugar e utilidades supletivamente. É o caso clássico das marcas de confecções, no qual o consumidor é adestrado a ter em conta, em primeiro plano de sua decisão, que marca está sendo oferecida para suprir suas necessidades. Trata-se de um esquema ainda pouco estudado, na fase atual do capitalismo, mas certamente uma profícua linha de investigação que fatalmente se vincularia a um quadro de neurose coletiva ditada pela exacerbação do ego promovida pela mídia, segundo a qual o mundo está definitivamente cindido entre “winers” e “losers”, cabendo a todos e cada um a luta por ocupar seu espaço no primeiro grupo, independente das conseqüências éticas ou morais de suas estratégias individuais para compor um dos grupos que conformam o topo da sociedade.

Encurtamento da vida útil

A obsolescência planejada é, sem dúvida, uma das estratégias centrais de deslocamento das contradições que unem estruturalmente produção e consumo nesta fase do capitalismo. Em nenhum tempo histórico bens de elevada complexidade tecnológica foram planejados criteriosamente para durar uns poucos pares de anos (no caso de bens de consumo duráveis) ou mesmo uma escassa porção de meses (no caso dos semiduráveis). Tanto bens de consumo quanto bens de produção, máquinas e equipamentos, tem sua duração cientificamente calculada de forma a que a demanda por um novo equipamento, tecnologicamente superior, se dê o mais prontamente possível. Como exemplo pode-se tomar qualquer artefato, doméstico ou industrial, mecânico, elétrico ou eletrônico, e comparar sua taxa média de utilidade atual comparando-se a dez ou vinte anos pretéritos. O caso dos computadores individuais e seus acessórios talvez seja um exemplo dos mais emblemáticos. Conta-se em meses o prazo para que um equipamento desta natureza, complexo, caro, intenso de tecnologia, se torne obsoletizado pela programação feita no momento mesmo de sua concepção.

Este fato, além de acelerar a destruição irracional de recursos não renováveis e escassos, produz em escalas impensáveis, montanhas de lixo inservível, das quais insignificante porção é destinada à reciclagem. No plano ainda dos equipamentos domésticos tornou-se lugar comum o entendimento de que levar certo aparelho para reparo, numa segura maioria das vezes, é menos econômico do adquirir-se um novo. Isto também se dá pelo fato de o fabricante cessar a produção de peças de reposição para modelos ultrapassados (!).

Há um ramo da engenharia de produção, cujos profissionais são sempre muito bem pagos, inteiramente dedicados a esta função: o planejamento da obsolescência, conhecida como Análise de Valor. As indústrias investem bilhões de dólares na pesquisa científica em grupos de engenheiros, economistas, contadores, administradores, em grupos numerosos e caros cuja única função é examinar criteriosamente partes, peças e componentes de certo produto com o objetivo de substituí-los por sucedâneos mais econômicos, e, principalmente, menos duráveis.

O complexo industrial militar⁶.

Não constitui também nenhuma originalidade o fato de que os aparatos bélicos acumulados hoje pelas grandes potências militares (EUA à frente) seriam suficientes para destruir o planeta terra várias vezes.

Aqui a ordem do capital operou outra façanha: a supressão da diferença entre consumo e uso. Em outros termos, não há necessidade do uso efetivo dos artefatos bélicos para que se opere sua aquisição, o que significa novas possibilidades de expansão à acumulação, já que se desvincula do consumo efetivo de sua produção. Mais uma vez nos deparamos com enormes possibilidades ao desenvolvimento econômico sem qualquer vinculação às reais necessidades de homens e mulheres. Tudo isto, obviamente, sem que seja colocado em risco o imperativo onipresente com o qual opera o capital: a acumulação acelerada de lucro. Não estão absolutamente em jogo quaisquer implicações éticas, morais, civilizatórias, existenciais, ou mesmo da segurança de povos inteiros ou do próprio planeta. O lucro sobrepuja todas estas considerações. Não há aqui, pensamos, espaço para julgamento moral: trata-se da exigência de um certo modo de organizar a sociedade e a produção que somente pode funcionar, no quadro desta crise, colocando em marcha um esquema altamente agressivo ao meio ambiente e à humanidade para se manter em funcionamento. Em outros termos, a dinâmica expansiva do capital exige que, como sugere Mészáros “para o sistema capitalista produção e destruição são tomados como um todo” (id., p.31).

Aqui temos, portanto, uma novidade na ordem do capital, cujos primeiros sinais foram identificados por Rosa Luxemburgo, por ocasião da 1ª. Grande Guerra, que via nesta mecânica possibilidades de “expansão infinita” do capitalismo. A novidade, por perversa que possa parecer consiste no seguinte: para o capitalismo contemporâneo consumo e destruição são equivalentes funcionais, do ponto de vista do processo de realização da mais valia.

Mészáros propõe este princípio articulador da lógica capitalista nos seguintes termos:

(...) como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de uso mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada? (id. P.72).

Assim, o capitalismo, no início de milênio, afirma-se a partir de uma lógica totalmente desprovida de limitações ou de um quadro de referência que leve em conta os interesses mais elementares da humanidade, como, por exemplo, sua própria sobrevivência como espécie.

Este conjunto de fenômenos é acompanhado de portentosas campanhas midiáticas destinadas a justificar o injustificável, defender o indefensável, a partir de argumentos toscos como segurança nacional, defesa territorial etc. Estas

⁶ Um excelente debate a este respeito pode ser encontrado em texto sobre o qual baseamos fortemente nossas idéias nesta sessão do trabalho:

MÉSZÁROS, István. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. São Paulo, Ensaio, 1989.

manipulações ideológicas ganham o seu paroxismo na recente escala militar americana ao Afeganistão e Iraque, no qual esgrime-se a doutrina de guerra de prevenção. O Afeganistão foi virtualmente destruído em nome deste argumento: um verdadeiro genocídio foi cometido contra um povo pobre, desarmado e doente. Em relação ao Iraque, a mesma brutalidade, os mesmos argumentos com a diferença e que o processo de ocupação daquele país está sofrendo uma espécie de vietnamização, com custos, em materiais e vidas humanas que nem o analista mais psicopata do Pentágono julgava possível. Tudo isto em torno do mesmo interesse: o lucro. Lucro com a destruição, e, não menos importante, lucro com a reconstrução, já que são empresas americanas que estão recolocando os dois países em pé, além, é claro, de apoderar-se de reservas petrolíferas, das mais generosas do planeta⁷. Evidentemente, a partir de um esquema de destruição/reconstrução o crescimento econômico ganha horizontes de expansão extraordinários, quase ilimitados. Uma vez mais o capitalismo, incapaz de superar suas contradições fundamentais, as desloca para uma linha de novas possibilidades expansivas. A questão é saber até que ponto este esquema é capaz de funcionar caso se considere os limites físicos do planeta!

Como pressuposto desta produção destrutiva vemos a ciência, como em nenhum tempo histórico anterior, completamente submetida à esta lógica. E, mais constrangedor, universidades públicas do mundo inteiro a serviço deste quadro de produção destrutiva, quando sua função fundamental deveria ser o desenvolvimento das ciências e das artes a serviço do bem estar da humanidade, desta e das futuras gerações.

Desenvolvimento sustentável

Aqui uma questão se coloca imperiosamente: é possível pensar-se em desenvolvimento sustentável ambientalmente no âmbito desta lógica de funcionamento da produção e da sociedade?

Estamos fortemente quedados e concluir pela negação desta possibilidade. Assim noções como ecocapitalismo, capitalismo limpo, ecotaxas, tratados internacionais, entre outras idéias só podem ganhar concretude nas franjas do processo de desenvolvimento central, nos pequenos espaços não ocupados pela produção hegemônica ou compor o repertório de modismos integracionistas, românticos, mas inconseqüentes historicamente.

⁷ Com a interrupção da experiência de construção do socialismo no leste europeu os profissionais da política e da ideologia (Gramsci) a serviço da ordem burguesa alegram-se em anunciar um pretenso imperativo: chegamos ao fim da história e ao último homem. Desta portentosa mistificação ideológica deriva a idéia-força segundo a qual há um modelo universal de democracia encerrada no "american way of live". Esta é a formatação final de qualquer projeto civilizatório, para qualquer recôndito canto do planeta, e, portanto, deve ser imposta à totalidade dos seres humanos através das corporações multinacionais, da diplomacia, da cultura, da ideologia e, "last but not least", das armas.

O capitalismo escapa a qualquer constrangimento, já o dissemos, seja ético, humanístico, não importando as conseqüências de sua dinâmica implacável. Não há, como sustentavam e sustentam as correntes idealistas um sistema de freios e contrapesos que possa “humanizar” o capital, domesticá-lo.

Os tratados e conferências internacionais têm servido basicamente para o balanço das metas e objetivos não alcançados por tratados e conferências anteriores, cujo melhor exemplo pode ser dado pelo modesto, limitado, acanhado Protocolo de Kioto, até hoje ignorado pela maior potência militar, comercial, política, cultural e diplomática do planeta: os Estados Unidos da América.

As certificações internacionais vinculadas ao ambiente têm servido mais como objeto de acumulação de grandes fortunas em assessorias do que em real solução para problemas da produção destrutiva. A obtenção da certificação ambiental por parte da *Internacional Standard Organization* (ISO) chega a casos risíveis, nos quais o próprio agente causador da poluição estabelece, ele mesmo para si, determinado metas, por mais irrelevantes que sejam. Cumpridas estas metas é outorgada a certificação⁸, sem nenhum controle independente, a partir apenas de uma articulação entre duas organizações que pautam suas ações pela mesma lógica: o lucro. Este lucro, por parte da empresa poluente é evidentemente alavancado por um excelente argumento mercadológico: o de empresa não poluidora, ou responsável ambientalmente, quando a realidade, em muitos casos, longe passa disto.

O essencial no capital é a aceleração da acumulação no tempo. Para isto tem sido capaz mesmo de desvincular tempo biofísico de tempo econômico, com a subordinação do primeiro ao segundo.

A este respeito, Stahel, outro autor que coloca em dúvida as possibilidades da sustentabilidade ambiental no âmbito do capitalismo, esclarece esta questão a partir do conceito de entropia, comparando o significado dos tempos biosférico e econômico, observando ser o tempo biosférico

(...) circular, orientado pelo princípio da estabilidade, da contínua reciclagem e pelos baixos níveis de entropia, ao passo que, o tempo econômico, introduzido pelo capitalismo é marcado pela expansão constante, concorrência de mercado, pelas constantes inovações e pela instabilidade. (...) a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade biosférica, acelerando os processos de degradação entrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta entropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico está a origem da crise

⁸ Este autor produziu um trabalho sobre a certificação de uma indústria têxtil em Santa Catarina, onde estas idéias são discutidas, no qual a constatação é de que os objetivos fundamentais destas iniciativas prendem-se a necessidades do mercado, especialmente o mercado externo.

ambiental. (...) O modelo de desenvolvimento capitalista, visto da ótica da lei da entropia se mostra insustentável e, o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado, uma ilusão (apud Costa Lima⁹, 1997).

Em outras palavras, a lógica de acumulação, acelerada pela concorrência intercapitalista, opera mudanças temporais na natureza cujas consequências são dificilmente divisíveis num primeiro momento.

Em atenção a esta lógica a Inglaterra permitiu o acréscimo de proteína animal à ração de bovinos e a consequência mais evidente, no que parece haver consenso da comunidade científica, foi o mal da vaca louca. A produção de frango atual é outro exemplo, de subordinação do tempo biofísico ao tempo econômico, cujas consequências ainda estão por ser adequadamente examinadas. A gripe do frango que assusta as autoridades sanitárias do mundo todo parece constituir-se num excelente programa de pesquisa vinculando este modelo de produção.

De resto a ciência agrônoma já tem um balanço bastante apurado do que significa esta subordinação da temporalidade da lógica capitalista: os imperativos de produtividade, dos quais um marco central foi a conhecida Revolução Verde, já mostraram seus efeitos sobre a ordem da natureza: desertificação promovida por processos erosivos agudos, envenenamento de rios e fontes de água, desflorestamento, contaminação tóxica por insumos de síntese química, entre outros efeitos perversos sobre a natureza em geral e o homem em particular.

Nova agenda

Argumentamos, páginas acima, que o tripé da crise (ambiental, social e energética) alinham sob a mesma lógica, são decorrência de um mesmo princípio: o da acumulação acelerada de lucro pela ordem do capital.

Assim sendo, a luta política deste início de milênio perspectiva uma resposta à confluência destas crises: uma confluência das lutas. Lutar contra a ordem que só se reproduz com produção destrutiva é lutar pela salvação do planeta, pela mudança da matriz energética e pela alteração da ordem social iníqua em que vivemos.

É preciso retomar a luta com esta nova configuração, com esta tripartição, mas assegurando uma unidade indissociável entre as mesmas.

Sem dúvida, consideramos ainda, que o marxismo mantém extraordinária capacidade de contribuir no debate, iluminando as análises e indicando estratégias que possam articular os embates mais imediatos desta agenda com um programa estratégico de superação da ordem social que oprime a humanidade, com a vantagem de podermos aprender com os erros cometidos nas experiências de construção do socialismo no leste europeu.

⁹ Costa Lima, Leandro. Texto de circulação restrita, 1997.

Nesta quadra dramática da história humana é preciso ousar propor uma nova agenda para o processo civilizatório da humanidade que propugne pela multicentralidade da luta. E mais, que esta luta recoloca a clássica noção de sociedade cindida em classes em luta. Precisamos refutar aquela transformação social abstrata, arrastadamente processualista e longinquamente transformadora que designa para as calendas gregas a noção de ruptura radical.

O capitalismo contemporâneo em sua fase monopolista destrutiva não comporta reformas. A partir de uma agenda multicêntrica que possa dar respostas à emergência planetária é imperioso recolocar no centro do debate as perspectivas de uma transformação social essencial.

Um programa político unilateral, como, por exemplo, radicalizar a luta ecológica corre o sério risco de ser assimilada lucrativamente pela ordem. Isso se deve ao fato de que o capitalismo tem uma extrema habilidade em monetizar a tudo que represente possibilidades de seus lucros.

Iniciativas locais ou mesmo regionais de estímulo à agricultura orgânica não só são necessárias e louváveis como devem receber de todos, notadamente do estado, o apoio incondicional e militante. No entanto, é preciso não perder de vista que a ordem do capital opera, sobretudo, baseada em monopólios e oligopólios e suas infinitas capacidades de concorrer com suas produção em escala, suas tradicionais estratégias de “dumping”, boicote, políticas de sub-preço etc. E, não tenhamos dúvidas, quando a produção agroecológica representar uma parcela significativa do mercado, que seja capaz de despertar o interesse da ordem do capital, será colocado em prática o seu infundável arsenal de truques e prestidigitagens para oferecer produtos similares, baseando-se, sobretudo, na ciência do marketing. Fenômenos análogos podem observar hoje na indústria de cosméticos, de têxteis etc”.

Por fim é preciso termos presente que o marxismo indica possibilidades analíticas importantes sobre a questão ecológica em geral e sobre a agricultura em especial, como o demonstra este excerto d’ O Capital:

Com o predomínio sempre crescente da população urbana, acumulada em grandes centros, a produção capitalista concentra, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas, por outro, dificulta o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, isto é, o regresso à terra dos elementos do solo gastos pelo homem na forma de meios de alimentação e vestuário, ou seja, perturba a eterna condição natural de uma fecundidade duradoura da terra. Com isso a produção capitalista destrói ao mesmo tempo a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida mental dos trabalhadores rurais... Todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo; todo o progresso no aumento de sua fecundidade por um determinado prazo é

ao mesmo tempo um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fecundidade... Por isso a produção capitalista não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção mais do que minando ao mesmo tempo as fontes das quais emana toda riqueza: a terra e o trabalhador (apud COGGIOLA¹⁰, 2005, p.2).

Ecologia e marxismo guardam relações importantes entre si que, só recentemente tem sido devidamente valorizadas por estudiosos da sociologia e da política. Ou seja, mesmo Marx e Engels entendendo o capitalismo como “miséria e maravilha”, sua obra já alertava para o problema de degradação da natureza.

Marx e Engels não construíram sua obra sobre uma ciência particular (a economia ou a ciência política, por exemplo), mas demonstraram que a crítica ao capitalismo deve ser realizada a partir de uma compreensão global da história, do homem e da natureza. Sendo assim, o marxismo não pode prescindir de articular conhecimentos oriundos de todos os campos científicos da natureza. No clássico *Dialética da Natureza*, Engels assegura:

E assim, os fatos nos lembram a cada passo que não reinamos sobre a Natureza, como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro, ou seja, como alguém que estivesse fora da Natureza, mas que pertencemos a ela com o nosso corpo, como nosso cérebro, que estamos no seu seio e que todo nosso domínio sobre ela reside na vantagem que possuímos, sobre o conjunto das outras criaturas, de conhecermos as suas leis e de podermos usar esse conhecimento judiciosamente. De fato, aprendemos cada dia a compreender mais corretamente essas leis, e a conhecer as conseqüências naturais mais longínquas de nossas ações mais correntes na área da produção e, em virtude desse conhecimento, de dominar essas conseqüências. Quanto mais avança esse conhecimento, mais os homens não só sentirão, mas saberão que fazem parte de uma unidade com a Natureza, e mais se tornará insustentável a idéia absurda e contra-natura da oposição entre o espírito e a matéria, entre o Homem e a Natureza, entre a alma e o corpo, ideia que difundiu na Europa depois do declínio da antiguidade clássica, e que conheceu com o cristianismo seu desenvolvimento mais amplo (id.p.4).

¹⁰ Coggiola, Osvaldo e Clemesha, Arlene. 25 DE OUTUBRO DE 1917: A REVOLUÇÃO RUSSA. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

A obra de Marx e Engels constitui assim fonte seminal de estudos e debates para calcificar a luta ecológica e socialista, necessidade e urgência deste século.

Estamos convencidos, o ataque frontal e decisivo às grandes questões que ameaçam a humanidade só podem ser eficazmente enfrentadas por uma agenda que combine luta pela revolução ecológica, luta pela revolução na matriz energética e luta pela revolução na ordem social que oprime nove décimos da humanidade. Em outros termos, com o devido pedido de desculpas pelo truismo, “conditio-si-nequa-non” para evitar a destruição da vida é destruir sua causa fundamental: a ordem burguesa.

O quadro 1 auxilia a elucidação dessa vertente da crise:

Quadro 1. Reservas provadas existentes em 2008.

Região	83	93	2003
América do Norte	95,2	91,0	63,6
Am. Central e Sul	33,7	79,1	102,1
Europa e Eurásia	105,9	80,4	100,1
Oriente Médio	396,9	660,1	726,6
África	58,2	60,9	101,8
Ásia e Pacífico	39,0	52	47,7
Mundo	723	1.023,6	1.147,7

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2008¹¹

¹¹ In. <http://www.bp.com/subsection>, consulta realizada em 13 de setembro de 2011.